

Esse é o cerne da teoria, do qual derivam todos os outros aspectos, em particular o caráter desigual da estrutura social. O princípio de maximização dos ganhos é também mobilizado pelo autor, mas é preciso destacar o privilégio por ele atribuído ao princípio de minimização das perdas na otimização das decisões. A conservação dos recursos adquiridos, por um lado, e os esforços de controle de suas relações, despendidos pelos atores para assegurarem essa conservação, por outro, fundamentam a teoria de Nan Lin, muito mais que a maximização, ou mesmo o simples incremento, dos recursos.

A obra de Nan Lin tem um duplo mérito. Esclarece o conceito de capital social, construindo-o como característica da rede pessoal e propondo-lhe uma instrumentação rigorosa. Confere ao conceito um estatuto central numa teoria da ação social e da emergência das normas e das estruturas. Procura assim preencher o fosso, apontado por numerosos autores, entre a definição microsociológica e individualista do capital social e a definição macrosociológica. Nan Lin assume, dessa forma, um lugar original na longa tradição dos autores² que procuram fundar uma teoria sociológica geral sobre os axiomas da escolha racional.

Notas

1. Bourdieu, Coleman, Lin, Falp, Burt, Erickson, Portes e outros, todos compartilham o entendimento de que o capital social consiste em recursos que se encontram enraizados nas relações e na estrutura sociais, os quais podem ser mobilizados quando um ator deseja aumentar a probabilidade de sucesso em ações intencionadas.

2. J. S. Coleman, *Foundations of social theory*, Harvard, Harvard University Press, 1990; J. S. Coleman e T. J. Fararo (eds.), *Rational choice theory: advocacy and critique*, Newbury Park, Sage, 1992; A. Bouvier e P. Steiner (eds.), "La theorie du choix rationnel", *Revue Française de Sociologie*, número especial, 44-42, 2003.

J. Rogers Hollingsworth & Robert Boyer (orgs.), *Contemporary capitalism: the embeddedness of institutions*. Cambridge, Cambridge University Press, 1997, 492pp.

Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho

Doutorando em sociologia na USP, bolsista do CNPq e sociólogo da Fundação de Economia e Estatística (RS)

Lançada em 1997, esta obra se constitui em um rico e diversificado conjunto de contribuições teórico-analíticas a algumas das discussões centrais que estão na agenda da chamada nova sociologia econômica. O tempo transcorrido desde sua publicação impõe, hoje, certo distanciamento em face de aspectos circunstanciais que deixaram sua marca em muitos dos artigos. É o caso das preocupações com a recente dissolução do bloco do Leste ou com o iminente aprofundamento da integração européia. O aspecto mais relevante, entretanto, sob esse prisma, é a construção, pelos autores, do campo teórico e político antagonista. Interpela-se, com proporcional radicalidade e, até por isso, com alguma simplificação, uma geração de *free-marketers* – como são evocados os apólogos do primado absoluto do mercado como mecanismo de coordenação da atividade econômica –, a qual, certamente, era bem menos sofisticada do que a que a sucedeu. Cabe destacar que o alvo dessa investida se encontra, sobretudo, em personagens do debate público – elites políticas de diferentes nações, quadros de instituições multilaterais etc. –, já que, no plano teórico, os organizadores destacam que boa parte dos argumentos mobilizados no livro para expor os limites das abordagens neoclássicas de racionalidade econômica e de equilíbrio de mercado provém de avanços da própria teoria microeconômica neoclássica ou encontra apoio neles.

Composta com o aporte de quinze estudiosos, a obra tem sua fisionomia fortemente marcada pela dupla de organizadores, os quais, juntos ou separadamente, assinam seis dos textos, entre os quais merecem des-

taque as densas introdução e conclusão gerais. Nelas, a relativa diversidade de enfoques e de orientações teóricas que o livro abriga dá lugar a uma impressão de organicidade que revela engenho. Ainda assim, Robert Boyer, economista de notória relevância no debate da escola francesa da regulação, e J. Rogers Hollingsworth, sociólogo com sólida tradição em economia política, confluem para erigir uma abordagem um tanto particular dentro do vasto campo de estudos associado à sociologia econômica contemporânea, permitindo que se identifique aquilo que Richard Swedberg (nesta edição) classifica de *path-dependency* intelectual.

Ultrapassando a motivação mais evidente de contestar a suposta supremacia dos mercados e de restituir a eles o caráter de instituições sociais dentre outras – alternativas ou complementares –, a problemática central do livro poderia ser descrita, muito sinteticamente, como a da governança de “sistemas sociais de produção” (SSPs). Essa categoria, por sua vez – fundamental nas elaborações dos organizadores e adotada por outros colaboradores, como William Coleman e Benjamin Coriat –, captura muito da “embocadura” dessa linha analítica.

O conceito de SSP toma por base países ou regiões – constituídos assim como unidade primeira de análise – e alude ao modo como, em cada um deles, “integram-se em uma configuração social”, uma pluralidade de “instituições ou estruturas”, entre as quais são listados o sistema de relações de trabalho, o sistema de treinamento de trabalhadores e gerentes, a estrutura interna das firmas, as relações interfirmas e várias outras. Embora, encerrando o longo rol, compareçam dimensões culturais, como os “costumes e tradições idiossincráticos de uma sociedade, assim como as normas, os princípios morais, as regras, as leis e as prescrições para a ação”, o enfoque aqui é claramente sistêmico e estrutural, centrando-se na dimensão econômico-produtiva, a qual subordina o escopo da análise institucional (Hollingsworth e Boyer, cap. 1, p. 2).

Não obstante, uma pluralidade significativa de matices teóricos sobressai dos diversos textos, que estão

estruturados em três blocos. O primeiro, “A variedade dos arranjos institucionais e sua complementaridade nas economias modernas”, inicia-se com Boyer, que enfrenta consistentemente a discussão conceitual sobre o mercado, repertoriando os múltiplos e escorregadios usos da categoria, e sugere que a ideologia do livre-mercado demonstra ser contraproducente para o “uso racional” dos mercados. Jerald Hage e Catherine Alter enfocam relações interfirmas, destacando o quanto redes e alianças com características inovadoras vêm assumindo funções que até há pouco eram cumpridas pela integração vertical das empresas. William Coleman aborda as associações – empresariais – e seu papel na governança de setores econômicos, em diferentes contextos competitivos, demarcando que o alcance delas, tradicionalmente nacional ou subnacional, é desafiado no contexto da globalização, mas não de forma irreversível. Charles Sabel discute o conceito de ordem constitucional para dar relevo a formas de governança que, baseando-se na confiança, “estouram” a dicotomia mercados *versus* hierarquias. A análise, embora abstrata, diseca exemplos tempestivos, como a fidelidade entre clientes e fornecedores ou o desenvolvimento regional.

A segunda parte, “Como e por que mudam os SSPs?”, inicia-se com o trabalho de Wolfgang Streeck, objeto, nesta revista, de questionamentos e réplica. O autor evoca Durkheim e Polanyi para sustentar que restrições socialmente institucionalizadas ao comportamento maximizador preconizado pelo voluntarismo racional, mais do que legítimas, podem elevar a *performance* econômica. Paul Hirst e Jonathan Zeitlin recolhem e buscam refutar as críticas à conceitualização de especialização flexível. Sem considerá-lo inexorável, procuram demonstrar que esse paradigma já se encaminha para uma posição dominante, deslocando a produção em massa. Benjamin Coriat trata da globalização, que traria, na comparação com a precedente “internacionalização”, novidades – multiplicidade de métodos inovativos com origens geográficas diversas, competição multidimensional e um grau muito maior de incerteza –, associando-se a uma nova configuração

de SSP, o regime da variedade. Hollingsworth parte de uma caracterização dicotômica de produção em massa e produção flexível e analisa os SSPs a partir de exemplos nacionais contrastivos – Japão, Alemanha e Estados Unidos –, para afirmar as singularidades institucionais e a *path-dependency* das transições de sistemas específicos, questionando as teses de convergência.

Na terceira parte, “Níveis de coordenação espacial e o enraizamento (*embeddedness*) das instituições”, Wyn Grant, a partir da caracterização das “firmas sem Estado”, qualitativamente diferenciadas das tradicionais companhias multinacionais, aborda a necessidade de mecanismos de governança no âmbito transnacional. Cético quanto à sistemática de “conferências” *à la* G-7, reconhece que o desafio é criar formas de coordenação sem a presença de uma autoridade soberana, marca da governança nos contextos nacionais. Paul Hirst e Grahame Thompson contestam que se tenha constituído, ou que tenha probabilidade de se constituir, algo como uma globalização da economia. Haveria, sim, uma economia internacional, com escassos instrumentos de coordenação e governança, na qual têm vantagens as nações mais capacitadas por suas políticas domésticas, pela coesão de suas sociedades e outros fatores similares. Lorraine Eden e Fen Hampson transitam por um campo semelhante, mas, com orientação bastante distinta, tratam de “falhas políticas e de mercado” (*politicomarket failures*) que se apresentam nas transações econômicas supranacionais e que requereriam a intervenção de “regimes internacionais” e de “estruturas internacionais de governança”, que podem combinar a intervenção de Estados e de firmas, em uma pluralidade de modalidades tipologizadas e problematizadas no artigo. Philippe Schmitter, por fim, explora a diversidade das instituições que, em cada país europeu, governaram, historicamente, o capitalismo, para discutir o potencial impacto da integração continental (então restrita a doze países). Aponta para o risco das estratégias centradas no mercado e assumidas apenas pelos governos, contrapondo a elas a possibilidade de consolidação de uma “sociedade civil européia” que sustente formas

intermediárias e setoriais de governança.

Numa longa sessão conclusiva, Hollingsworth e Boyer recuperam muitos dos resultados desse conjunto de estudos, emprestando-lhes um tanto de suas próprias inclinações. Aqui, o eixo institucional na constituição dos SSPs é fortemente valorizado, o que compreende desde uma revisitação à abordagem regulacionista do fordismo até uma discussão sobre as tendências de convergência dos arranjos institucionais das diferentes sociedades contemporâneas, passando, uma vez mais, pelos limites dos mercados como mecanismos de coordenação ou, ainda, pela dupla pressão – supra e subnacional – que desafia os modos de regulação ancorados em uma matriz eminentemente nacional.

Sem deixar de acionar a “hipótese do enraizamento” (*the embeddedness hypothesis*) de Mark Granovetter – posição, aliás, abraçada desde o título da obra –, os organizadores não resistem a avançar mais uma metáfora: *nestedness*, que deriva de *nest*, “ninho” em inglês. Propõe-se algo como o “aninhamento” ou uma “complexa estrutura de ninho” para os arranjos institucionais, em lugar do enraizamento (*embeddedness*) nacional que teria marcado a etapa precedente. Hollingsworth e Boyer dizem aludir, com isso, a uma “causalidade multifacetada”, que entrelaça múltiplos níveis espaciais (região subnacional, nação, zona ou bloco, economia global), uma pluralidade de instituições, sem uma autoridade única, e que torna a política econômica e a mudança institucional mais difíceis do que nunca. Dessa forma, em vez de convergência, a perspectiva seria a de uma persistente diversidade de modos de governança atravessando, em coexistência, os vários níveis das sociedades. As incertezas finais aludem à capacidade que se terá de gerar formas democráticas de gerir esse “ninho”.

Como alegoria, o ninho não parece ter feito boa carreira, a julgar pela sua pouca difusão. Mas trata-se de uma boa imagem para o próprio livro que Boyer e Hollingsworth organizaram, no qual, além de contribuições autorais consistentes e provocativas, demonstraram um especial talento em interligar os heterogêneos gravetos, recolhidos a trinta mãos, para avançar no entendimento

de um quadro tão complexo.

Glauco Arbix, M. Zilbovicius & R. Abramovay (orgs.), *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo, Editora da Unesp/Edusp, 2001, 376 pp.

Glauco Arbix, M. Zilbovicius, R. Abramovay & A. Comin (orgs.), *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois*. São Paulo, Editora da Unesp/Edusp, 2002, 340 pp.

Carlos Eduardo Torres Freire

Mestrando em sociologia pela USP e assistente de pesquisa no Cebrap

Nos últimos vinte anos, o tema do desenvolvimento desapareceu da teoria, mas também da prática. Vimos um esvaziamento do debate, ao tempo em que tinha lugar um “tímido desempenho da realidade” no que concerne ao ritmo de desenvolvimento tanto na América Latina, como no Brasil, em particular. Novos padrões de transformação econômica e social parecem ter sido postos na ordem do dia após a crise do desenvolvimentismo dos anos de 1970, a estagnação na década seguinte e a catástrofe dos anos de 1990. *Razões e ficções do desenvolvimento e Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois* são frutos de duas edições do Seminário Internacional da USP que aconteceram em 2000 e 2001. Em uma iniciativa de três escolas de tradições distintas – o Departamento de Sociologia, a Escola Politécnica e a Faculdade de Economia e Administração –, os seminários, e conseqüentemente os livros, têm como objetivo reavivar, de modo interdisciplinar, as discussões acerca do desenvolvimento.

O tema é vasto, e as coletâneas tentaram abarcar essa vastidão. Fora as introduções, *Razões e ficções* contém dezesseis textos e *Brasil, México*, outros treze. Para que a desordem não tome conta desta resenha, a intenção aqui será ressaltar o espírito que acompanha as coletâne-

as e indicar alguns aprofundamentos teóricos dos textos mais ricos de cada um dos livros separadamente.

O espírito que rege os livros é a crítica às receitas generalizantes, responsáveis pelo “verdadeiro *apartheid* social promovido pelas políticas de ajuste dos anos 90” (*Razões e ficções*, p. 10), e a proposta é pensar caminhos distintos daqueles do século passado e que levem em conta a diversidade entre os países. Isso significa considerar como pano de fundo, e aí está o primeiro acerto dessas publicações, um rico debate que vem sendo travado na literatura internacional a respeito da idéia de variedades de capitalismo. Esse debate tenta identificar diferentes modelos de capitalismo nacional, caracterizados por contextos institucionais, políticas econômicas e organizações produtivas específicas, e, além disso, a maneira como esses elementos sofrem o impacto da globalização¹. *Grosso modo*, coloca-se em pauta, por exemplo, a hipótese da convergência (de democracia, de mercado, de níveis de produtividade, de instituições e de modos de regulação) no capitalismo mundial em oposição a possibilidades distintas de adaptação das economias nacionais à integração².

Na homenagem a Celso Furtado, na primeira parte de *Razões e ficções*, já está indicado o eixo para se pensar as duas publicações: nossa história é diferente, nosso capitalismo é diferente e nossas estratégias de desenvolvimento precisam ser pensadas de modo diferente. Algo tão trivial, que parece clichê, foi absolutamente esquecido nos anos de 1990, tanto no Brasil como em outros países em desenvolvimento, quando soluções uniformizantes tomaram o espaço (lembremos as diretrizes do Consenso de Washington³). No entanto, isso foi lembrado por Furtado em sua palestra no primeiro seminário: “A ausência dessa reflexão [sobre a própria história] é responsável pelo fato de que nos diagnósticos da situação presente e em nossos ensaios prospectivos nos contentemos com montagens conceituais sem raízes em nossa história” (p. 24).

Considerar as particularidades históricas não é novidade e já aparecia, por exemplo, na crítica de Furtado à teoria da “modernização”, como descreve Alvaro Comin